



Ministério da Fazenda

XII Encontro Economia do Ceará em Debate

Seae

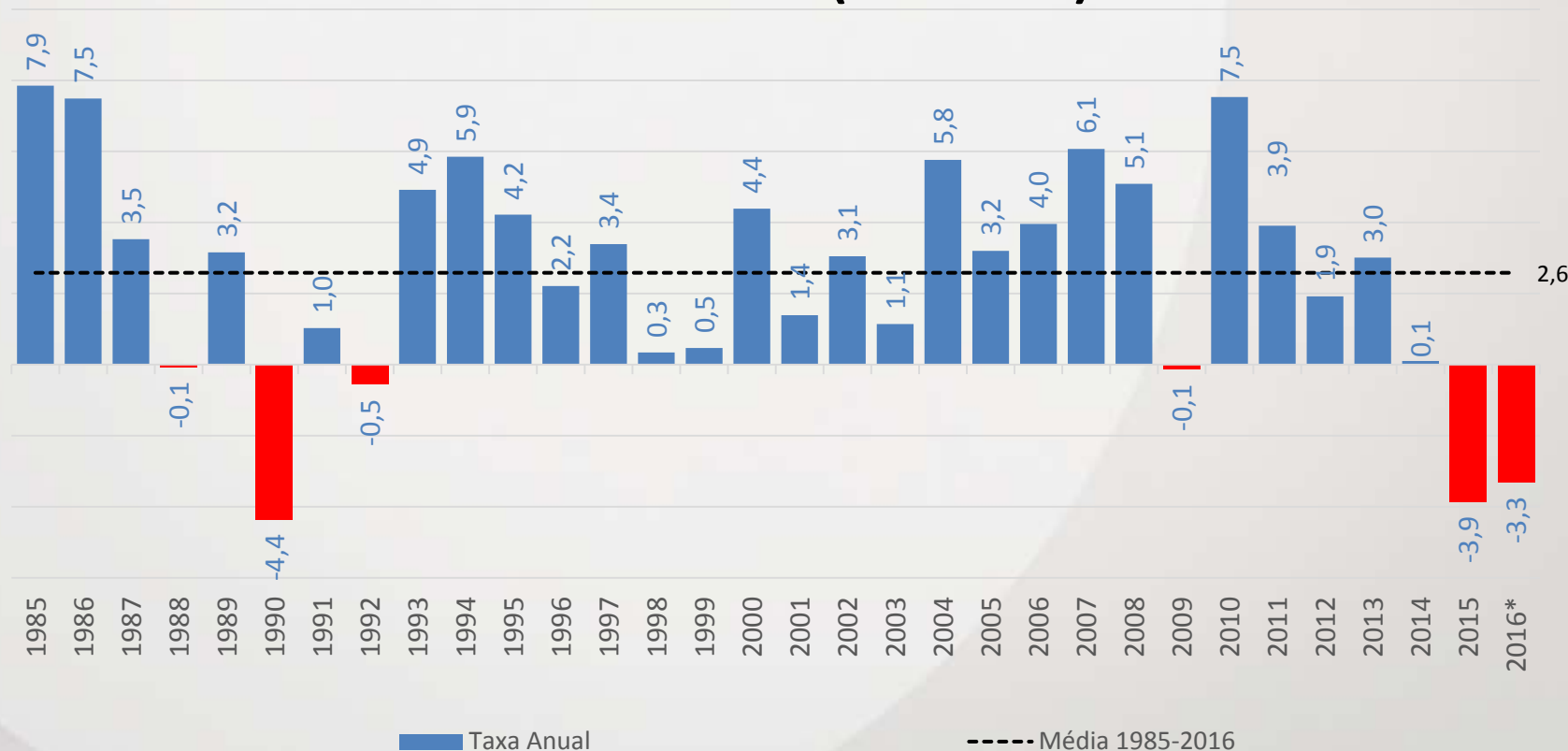
Secretaria de Acompanhamento Econômico

Diagnóstico

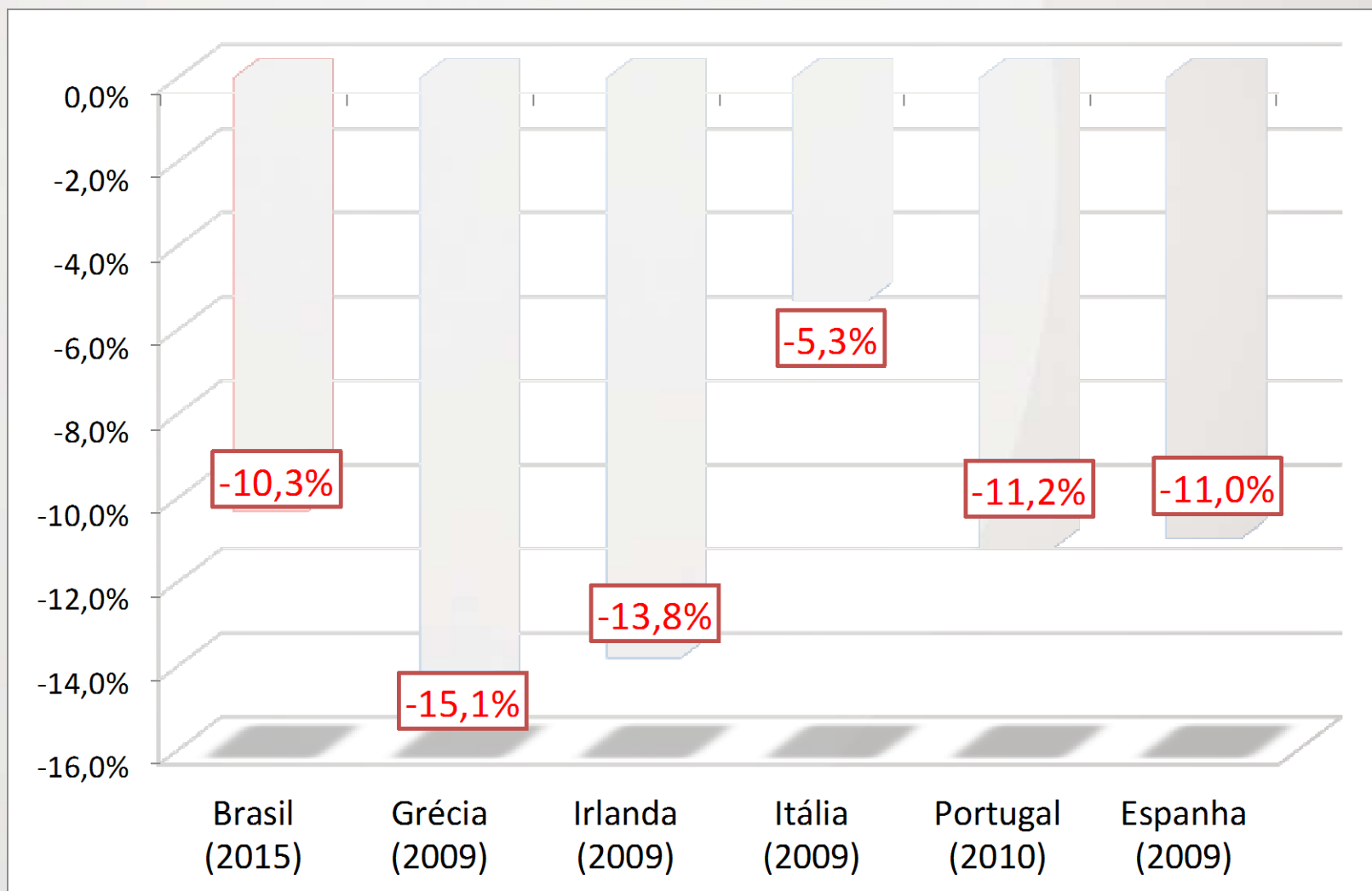
- O Brasil vive a maior recessão desde o início do século XX, motivada pelo desequilíbrio fiscal e excessiva intervenção estatal na economia. Porém, sem crise no setor bancário.

Variação acumulada (%)	
1929-31	-5,3
1980-83	-6,3
1989-92	-3,8
2015-16	-7,0

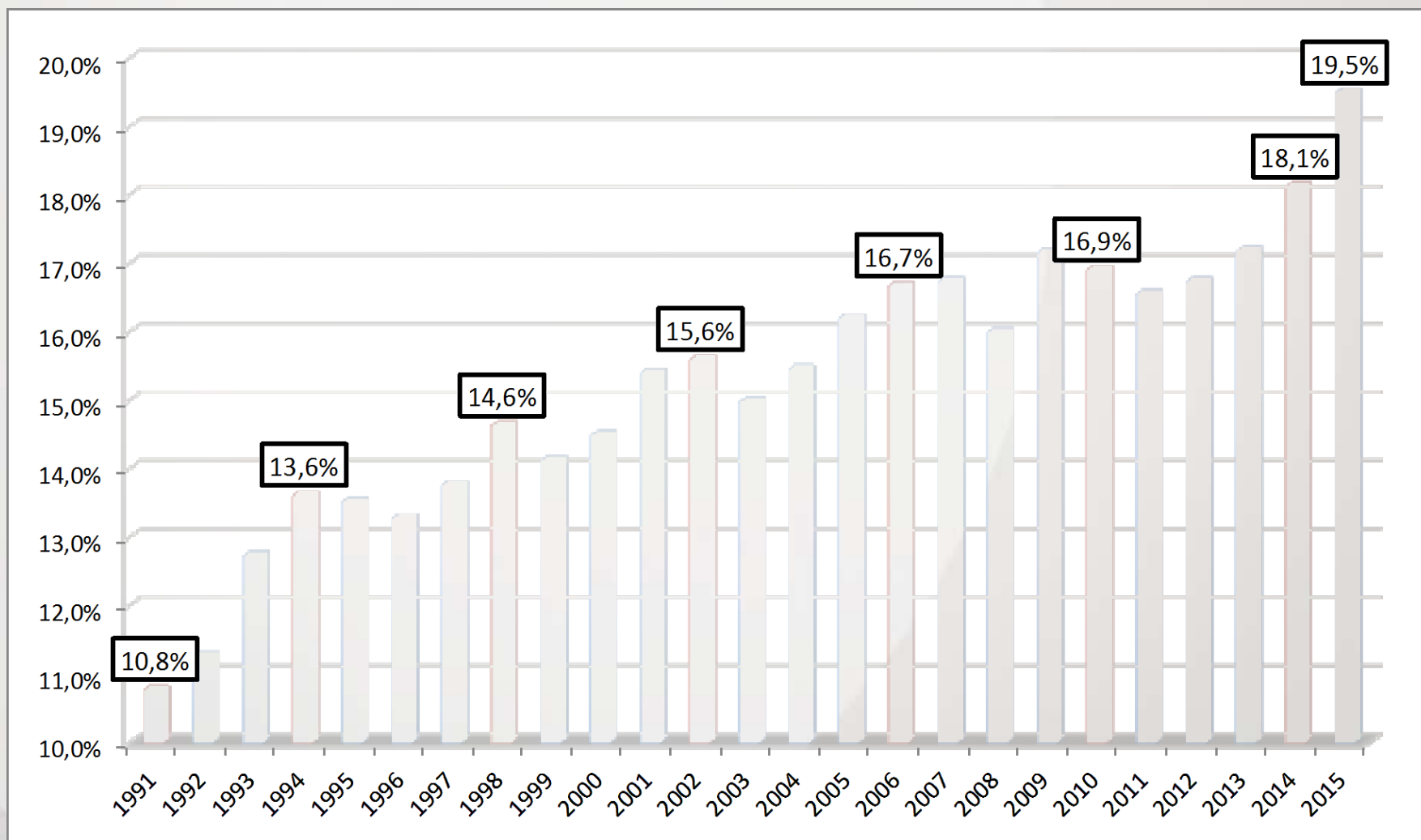
Taxa anual de Crescimento do PIB (% ao ano)



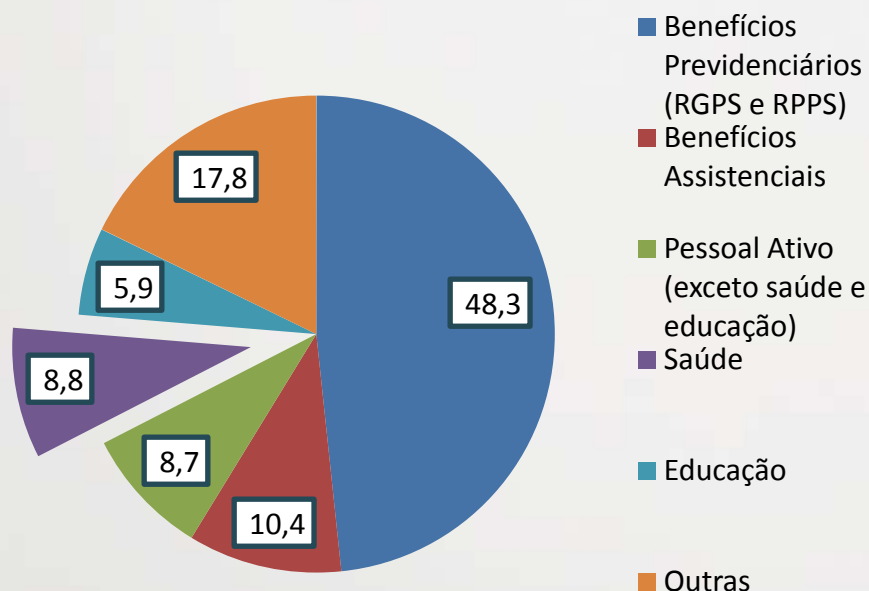
Recessão na Europa (perda de renda per capita)



Despesa Primária do Governo Central 1991 – 2015 - % do PIB: Crescimento Estrutural

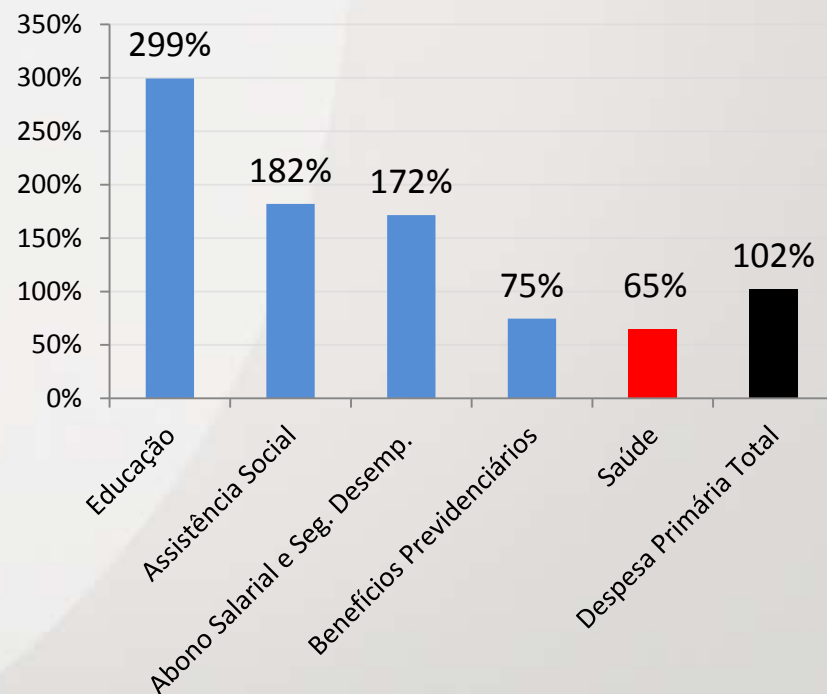


Despesa Primária da União por Categoria: 2015 (%)



Fonte: SIAFI – Siga Brasil

Despesa Primária da União por Categoria: crescimento real 2004-2015 (%)



Fonte: SIAFI – Siga Brasil

- Não há espaço fiscal para políticas anti-cíclicas (expansão de demanda por meio de aumento de gasto público). Aumentaria a vulnerabilidade fiscal, reduziria a confiança dos agentes econômicos, e consequentemente o investimento, crescimento e demanda das famílias.
- Para a relação dívida pública/PIB se estabilizar apenas por meio da expansão do PIB, sem ajuste fiscal, o PIB brasileiro teria que crescer a uma taxa real de 8% ao ano até 2025!
- Não há crescimento econômico sólido sem solvência da dívida pública.
- Não adianta aumentar impostos se o crescimento da despesa não for contido. No regime atual, várias despesas são vinculadas à receita. Aumentar a arrecadação aumentaria a despesa. O sistema previdenciário requereria aumentos sucessivos na carga tributária.
- Nível de endividamento público e carga tributária são anormais quando comparados a outros países.

O Novo Regime Fiscal

- **Crescimento real zero** nas despesas primárias do governo central, apuradas por poder.
- O Novo Regime Fiscal **valerá por 20 anos, mas a partir do 10º ano**, o método de correção da despesa **poderá ser alterado a cada mandato presidencial**.
- Isenção para transferências intergovernamentais, Fundeb e despesas inesperadas ou de caráter eventual.
- A PEC 55 modifica a **vinculação dos gastos de saúde e educação**, mas preserva recursos das duas áreas e aumenta recursos para saúde.
- **O ajuste é gradual** sob o ponto de vista da contas públicas, mas exigirá **fortes ajustes** nas despesas primárias. Reforma dos sistemas previdenciários é indispensável.
- Sem o gradualismo da PEC, seriam necessárias medidas extremas: demissão de servidores, cortes nominais de vencimentos, ou abrupta extinção de programas.

- **Gastos com saúde:**

- Limite mínimo, não máximo.
- 15% da RCL já em 2017: acréscimo de cerca de R\$10 bilhões, totalizando R\$ 113,7 bilhões de despesas em ações e serviços públicos de saúde (ASPS).
- Cerca de metade do gasto com saúde do setor público está fora da PEC 55.

- **Gastos com educação:**

- Limite mínimo, não máximo.
- A PEC somente se aplica aos gastos do Governo Federal. Mais de 70% da despesa pública com educação NÃO está sujeita aos limites estabelecidos pela PEC.
- Estão fora as complementações da União ao FUNDEB (R\$ 12 bilhões/ano); FIES (despesa financeira de cerca de R\$ 20 bilhões por ano); e PROUNI (renúncias tributárias).

Resultado Primário - Sem PEC (% PIB)



Dívida Bruta do Governo Geral - Sem PEC (% PIB)



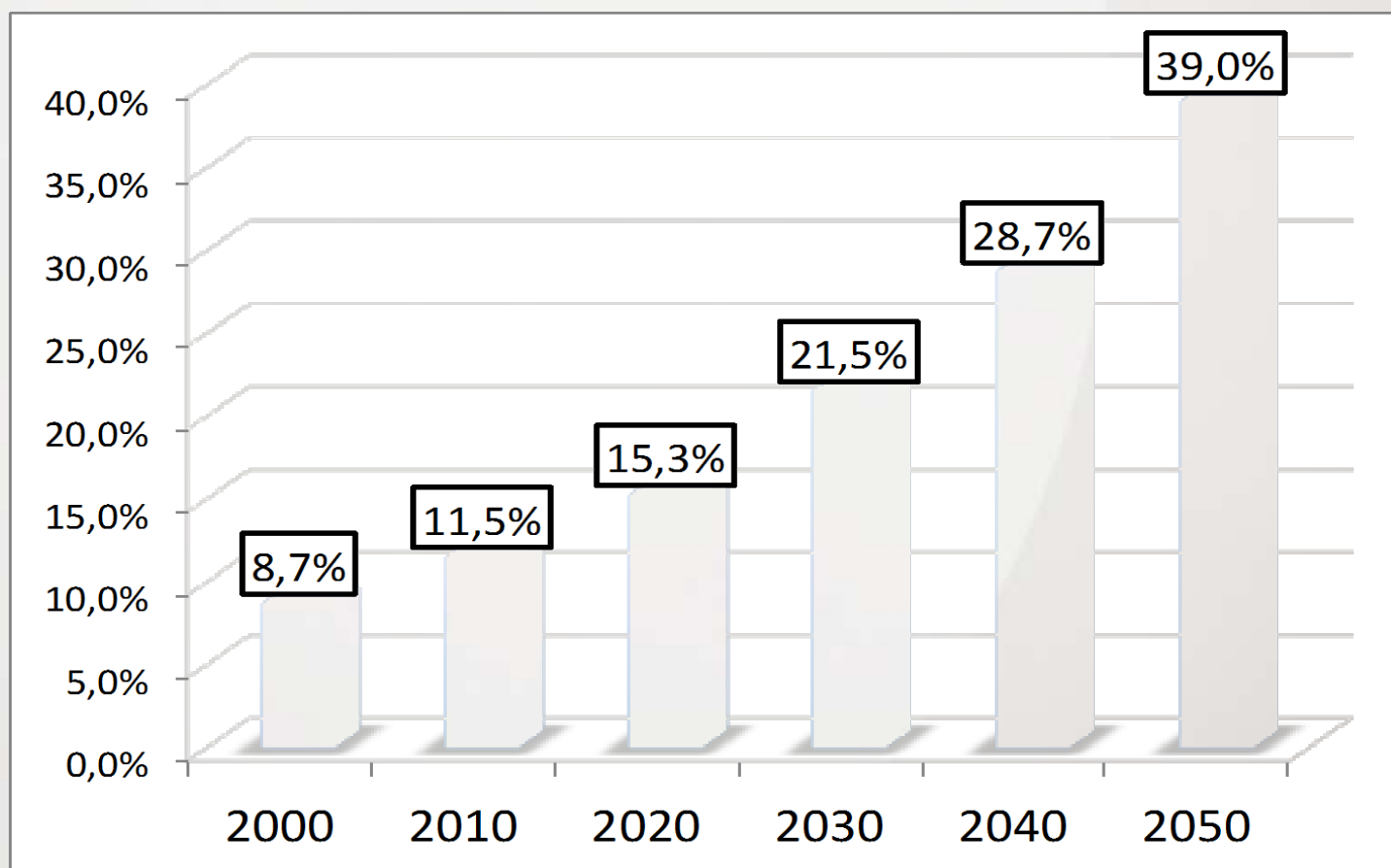
Resultado Primário - Com PEC (% PIB)



Dívida Bruta do Governo Geral - Com PEC (% PIB)



Envelhecimento da População Brasileira – Pop. com 65 ou mais anos/População de 15-64 anos



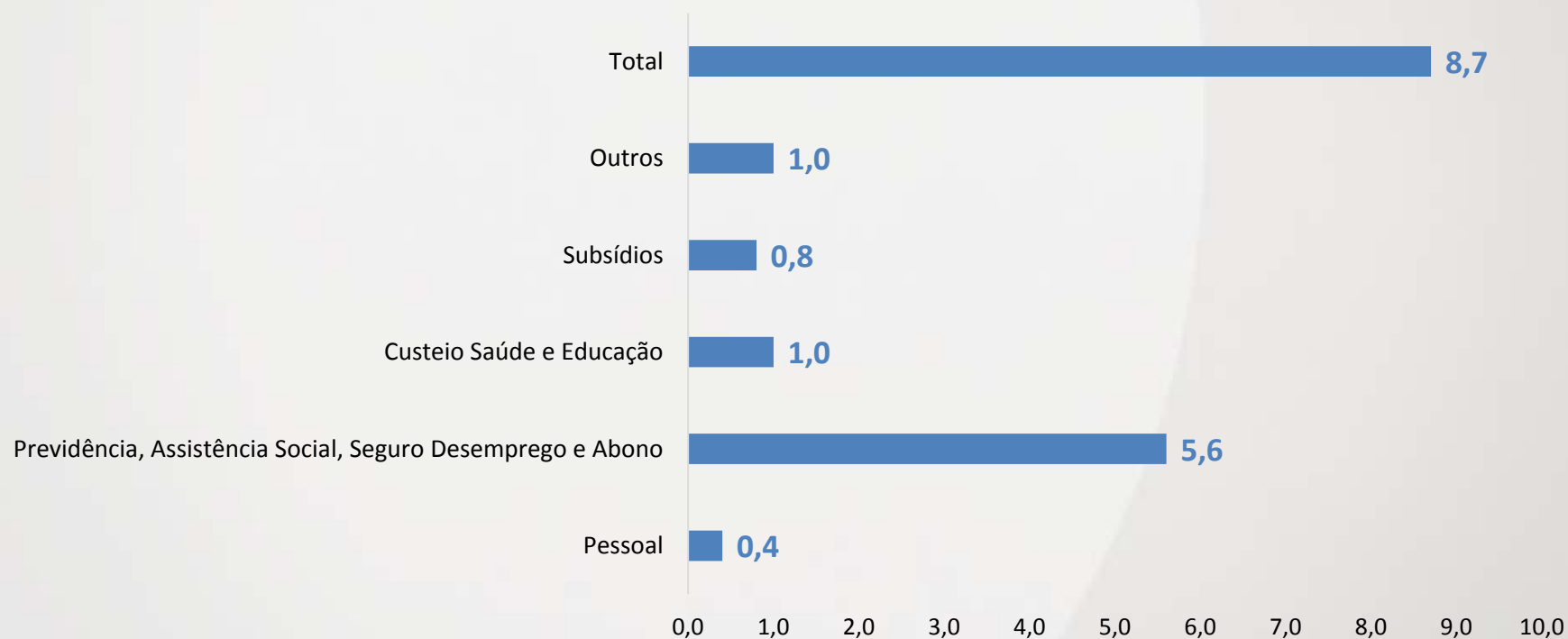
Fonte: IBGE

Gasto de previdência pelo mundo

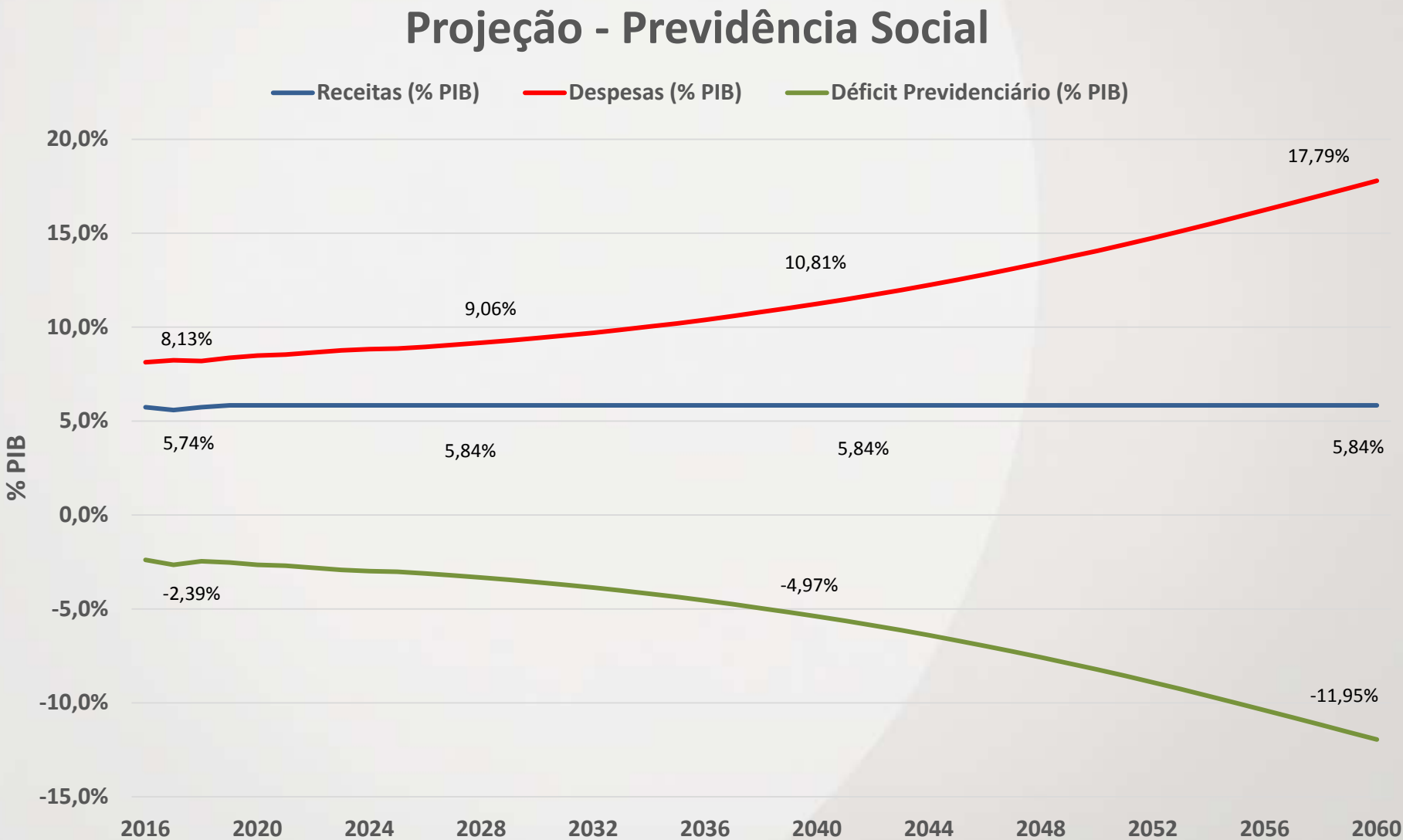
	Ano	Razão de dependência (> 64 anos) - % da população em idade ativa	
			7
Portugal	2009	26,60	12,32

Fonte: OCDE e Banco Mundial

Crescimento da Despesa Primária em Pontos de Porcentagem do PIB de 1991 a 2015



Fonte: Tesouro Nacional



Fonte: STN – RREO dez/2015.

1) Ajuste fiscal é condição necessária para:

- ✓ **Estabilizar a dívida pública e criar condições para a retomada do crescimento.**
- ✓ **Evitar o retorno da inflação elevada.**

2) Realismo orçamentário:

- ✓ **Desestímulo à superestimativa de receitas.**
- ✓ **Fim dos contingenciamentos bilionários.**
- ✓ **Maior protagonismo do Congresso.**

3) PEC é o começo do ajuste:

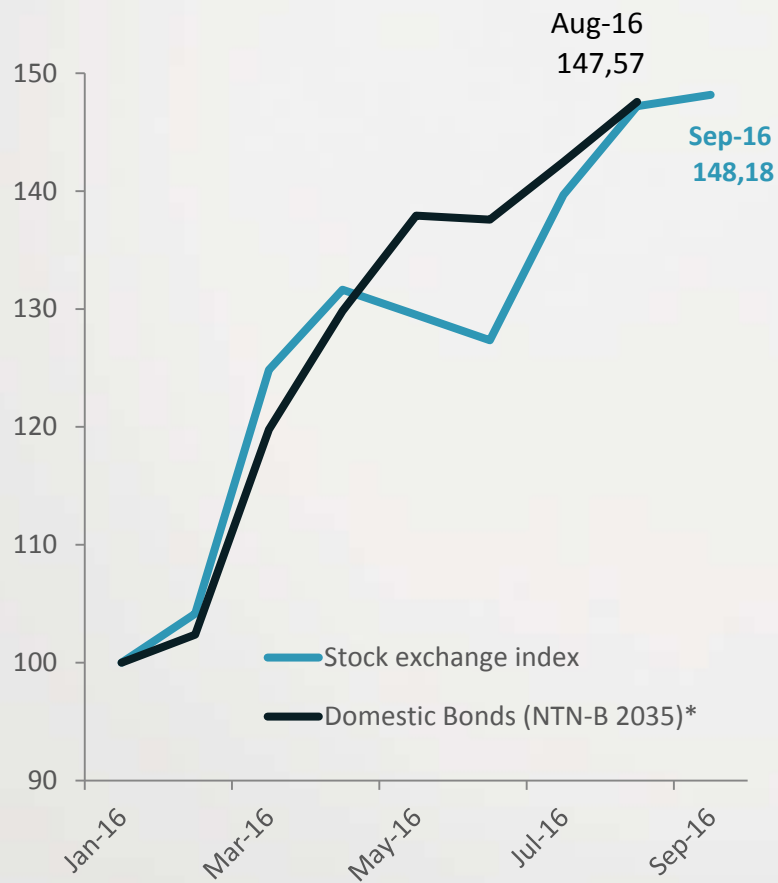
- ✓ **Reforma da previdência.**
- ✓ **Aperfeiçoamento de políticas públicas.**

4) Crescimento é a melhor política social:

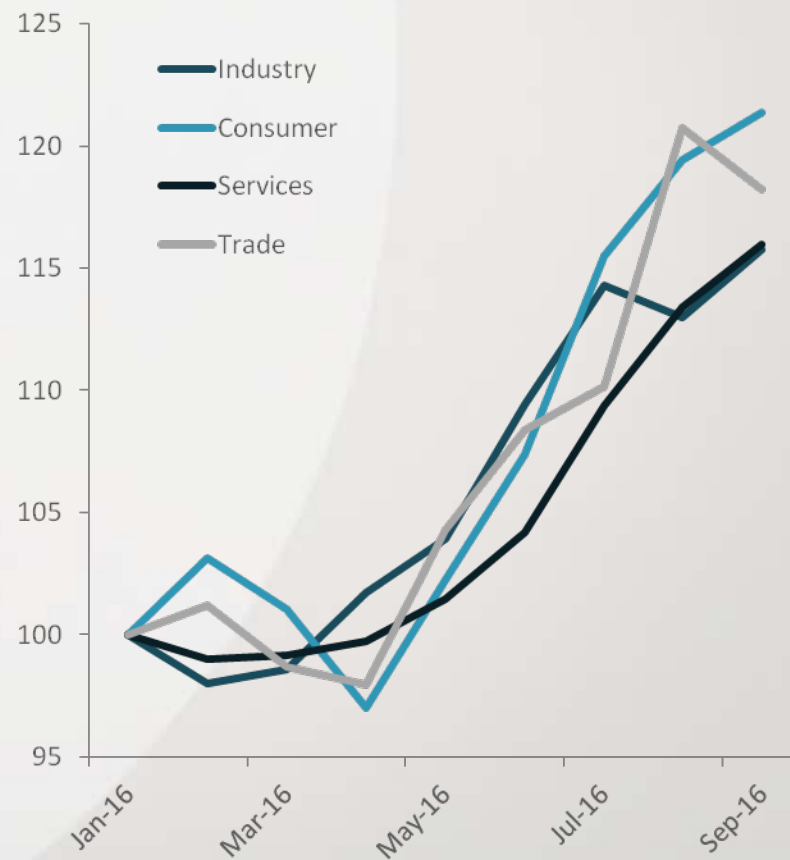
- ✓ **Sem crescimento pobreza e desigualdade vão aumentar.**
- ✓ **Jovens passarão menos tempo na escola.**

Mudança nas expectativas

Stock market and domestic bonds
(jan-16=100)



Confidence Indexes
(jan-16=100)



Obrigado

Seae

Secretaria de Acompanhamento Econômico

Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA